

Débora Lerrer¹
John Wilkinson²

*Stora Enso e movimentos sociais:
luta no campo e nas instituições*

Introdução

Este artigo se debruça sobre a forma como a Stora Enso vem atuando no Brasil em anos recentes no Rio Grande do Sul e na Bahia, onde se concentram seus investimentos. Enfatiza os movimentos sociais que surgiram nesses estados contra os problemas fundiários e ambientais causados pela chegada dessa empresa.

Em sua primeira parte, o artigo situa a chegada da empresa no Brasil e o crescimento do investimento no setor, delineando o cenário onde começam a surgir as primeiras articulações entre atores contra este tipo de investimento que, por outro lado, foi incentivada por crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desde a década de 70, continuando sob o governo Lula.

A seguir, o artigo se debruça sobre o cenário da atuação da Stora Enso no Rio Grande do Sul e os confrontos com diversos atores que emergiram naquele estado a partir de suas iniciativas de investimento em terras perto da fronteira.

Na terceira parte, o foco é no sul da Bahia, região de Eunápolis, que começou a receber investimentos do setor em 1991 e onde a empresa detém grande parte de suas terras no Brasil. Como as irregularidades em torno do respeito à legislação ambiental e ao modo como as terras adquiridas pela empresa foram tornando-se evidentes, a resistência à sua atuação, antes por parte sobretudo de uma ONG, o Cepedes, e do Ministério Público do Estado, recebeu, a partir de meados dos anos 2000, o reforço da atuação e pressão de movimentos de luta pela terra, em particular, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

¹ Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: debora.lerrer@gmail.com.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: jhn.wilknsn@gmail.com.

O cenário dos conflitos

A maior rentabilidade da indústria florestal/celulose no Cone Sul da América Latina estabeleceu o Brasil como um dos principais alvos de investimento da Stora Enso. A empresa, agora um importante ator global nesse setor, foi criada em 1998 pela fusão entre a sueca “Stora” e a finlandesa “Enso”. O principal proprietário dessa gigante do setor florestal é o Estado finlandês, com 12,3% das ações. A sueca “Stora” já estava no Brasil naquele momento, tendo comprado a parte do Grupo Odebrecht³ na empresa Florestal Veracruz, criada em 1991, em Eunápolis, no sul da Bahia. Em 2000, a principal exportadora de celulose brasileira, a Aracruz, comprou o restante das partes da Odebrecht na Veracruz e criou a Veracel, uma *joint venture* com a Stora Enso. Após a crise financeira de 2008, a Aracruz foi vendida à Votorantim Celulose e passou a se chamar Fibria.

A partir de 2004, a Stora Enso aumentou seus investimentos no Brasil, registrando um lucro de 123 milhões de euros⁴ em 2008. Esse avanço, no entanto, foi bloqueado pela oposição de ONGs ambientalistas e socioambientalistas locais, por movimentos sociais, como a Via Campesina (organização camponesa internacional na qual o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST – tem um papel central) e o MLT (Movimento de Luta pela Terra). Esta oposição tem sido fortalecida pelo apoio de atores estatais e instituições, tais como o promotor de Eunápolis, João Alves da Silva Neto, e funcionários do Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no Rio Grande do Sul.

Bahia e Rio Grande do Sul são os estados brasileiros onde a Stora Enso vem expandindo seus investimentos desde 2005 e onde a oposição de movimentos sociais, ONGs e agentes do Estado adquiriu grande visibilidade pública através de ocupações de terra e medidas jurídicas. No extremo sul da Bahia e no Espírito Santo, a luta contra a expansão das plantações de eucalipto remonta ao início da década de 90, quando foi criada, em 1991, a Rede Alerta contra o Deserto Verde, uma ampla rede da sociedade civil que reunia ONGs, associações, movimentos sociais, comunidades locais, sindicatos, igrejas e cidadãos, principalmente, de quatro estados brasileiros: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Bahia. Esses grupos foram mobilizados pela

³ Essa construtora brasileira é a maior empresa de engenharia e construção da América Latina e a 25ª do mundo. Hoje se encontra sob investigações no Brasil que colocam em questão a sua capacidade de se manter na liderança (GASPAR *et al*, s/d).

⁴ Segundo o mais influente jornal da Finlândia, o *Helsingin Sanomat*, em uma reportagem publicada em 30 de agosto de 2009 (HELSINGIN SANOMAT, 2009).

expansão contínua das plantações de eucalipto e seus impactos sociais e ambientais. A expulsão de índios e camponeses de suas terras tradicionais, muitos deles “quilombolas”,⁵ já era evidente, como também a devastação das florestas, causando um profundo impacto sobre o modo de vida das pessoas na região.⁶

O Cepedes (Centro de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia), uma ONG fundada em 1991, em Eunápolis, por professores, cidadãos, estudantes e religiosos que também estavam envolvidos na criação do Partido dos Trabalhadores no município, integra essa rede desde o início. De acordo com sua coordenadora geral, Ivonete Gonçalves de Souza, a luta contra a devastação das florestas e a expansão das plantações de eucalipto levou-os inicialmente a sofrer uma grande estigmatização social em Eunápolis. Nascidos e criados na então pequena cidade, onde todos se conheciam, os jovens fundadores do Cepedes eram malvistas pelos vizinhos. O desenvolvimento e os 40.000 postos de trabalho prometidos pela Veracruz fizeram com que eles fossem tratados com hostilidade em função das contínuas denúncias que faziam acerca do novo empreendimento e de suas promessas. Um dos fundadores do Cepedes e um dos líderes da resistência à monocultura de eucalipto na região, o padre holandês José Koopmans quase foi linchado por um grupo de pessoas no dia da audiência pública, em junho de 1993, convocada pelo ministro do Meio Ambiente, Coutinho Jorge, para debater as propostas de investimento que tinham sido embargadas pelo governo após o Cepedes, o Greenpeace e o SOS Mata Atlântica denunciarem as devastações ilegais de Mata Atlântica em maio daquele ano (SOUZA e OVERBEEK, 2008).

Com o tempo, à medida que as promessas de empregos e desenvolvimento econômico da Veracruz/Veracel se mostraram falsas e os impactos sociais e ambientais negativos se fizeram sentir – êxodo rural, desemprego, violência, preços da terra mais elevados, devastação da floresta e poluição e secagem de rios⁷ – a luta do Cepedes começou a

⁵ Comunidades rurais geralmente fundadas por escravos e seus descendentes.

⁶ Malina (2013, p. 153) cita diversos estudos para descrever as irregularidades promovidas pela Aracruz Celulose na aquisição de terras no Espírito Santo, questão que foi um dos temas de uma Comissão Parlamentar de Inquérito realizada pela Assembleia Legislativa do Estado em 2002. Entre eles: Barcellos 2008 e Salomão, 2006, Fanzeres, 2005 *apud* Malina, 2013).

⁷ Durante a pesquisa de campo, um dos autores participou de uma oficina com pescadores de Belmonte, que enfrentam um enorme declínio na produção de peixe no rio Jequitinhonha e o desaparecimento de muitas espécies desde que a fábrica de celulose da Veracel começou a operar, em 2005. Também se verificou que o rio João de Tiba tornou-se um pequeno riacho em função do uso de herbicidas na área de proteção permanente em torno dele, que é localizado perto do acampamento do MLT em Ponto Maneca. Segundo o relato dos acampados que sempre viveram na região, antes era possível navegar o rio com uma canoa.

ser reconhecida e ganhou mais apoio social da comunidade. E com a adesão do MST, em abril de 2004, o reconhecimento social e político local aumentou consideravelmente. Na época, o movimento ocupou uma das propriedades da Veracel, organizando um enorme acampamento chamado “Lulão”. Essa ação foi bem-sucedida tanto na obtenção de três assentamentos para os sem-terra, como na mobilização da opinião pública nacional.

Embora tenha enfrentado cada vez mais oposição social e, principalmente, ação direta organizada contra suas propriedades, como a promovida pelo MST, a Veracel recebeu o primeiro grande financiamento concedido sob o governo Lula pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de cerca de R\$ 1,4 bilhão, em dezembro de 2003, mostrando o interesse do governo recém-eleito em apoiar financeiramente a expansão do setor de celulose. Apesar de um relatório da Conaflor (Comissão Nacional de Florestas), de 2005, ter demonstrado a existência de conflitos fundiários e problemas ambientais em todas as regiões onde se encontram plantios e fábricas deste setor, manteve-se a política de apoio ao setor, repassando entre 2003 e 2009 um total de R\$ 4,3 bilhões em novas fábricas de celulose e R\$ 1,3 bilhão na expansão de plantações (OVERBEEK, KROGER e GERBER, 2012, p. 47). Importante salientar que este mesmo banco, então BNDE, entre 1974 e 1980, destinou R\$ 8,69 bilhões para florestamento e reflorestamento, gerando um aumento de 201% na produção nacional de celulose, não só financiando, mas formulando e executando políticas do Estado para este setor (KUDLAVICZ, 2011 *apud* MALINA, p. 88, 2013). Já na década de 90, 25% dos investimentos do BNDES reservados à indústria foram destinados ao setor de papel e celulose (BARCELLOS *apud* MALINA, 2013, p. 117). Ou seja, a própria consolidação do setor no Brasil é produto da política de investimentos do BNDES ao longo de décadas, que foi mantida durante o Governo Lula.

Segundo Marcelo Calazans (entrevista concedida no dia 18 de junho de 2012, Rio de Janeiro), da FASE,⁸ em seu primeiro ano, o governo Lula anunciou o seu Programa Nacional de Florestas que, na época, previa a

Por conta do uso de herbicidas em área de proteção permanente a Veracel foi multada em 13 de março de 2007 e condenada a pagar R\$ 400.000,00. No trabalho de campo efetuado em 2012, não se pôde levantar se a multa foi efetivamente paga, mas há grande probabilidade que não o tenha sido.

⁸ A FASE (Federação de Assistência Social e Educativa) faz parte da Rede Alerta contra o Deserto Verde. Fundada em 1961, é uma das mais antigas e conhecidas ONGs brasileiras. Desde sua origem, tem-se dedicado a trabalhar com organizações associativas e comunitárias e desenvolvimento local.

duplicação das florestas do Brasil em 10 anos, sem fazer distinção entre as naturais e as plantadas. Dos 5 milhões de hectares já plantados, o governo Lula pretendia aumentar mais 6 milhões de hectares de floresta no Brasil entre 2003 e 2013, alegando o risco de um “apagão florestal” se o investimento não fosse feito. Esse objetivo, no entanto, não foi alcançado, pois, segundo Calazans, quando o Comitê Interministerial sobre Mudanças do Clima⁹ apresentou o Plano Nacional de Mudança do Clima (dezembro de 2008), cerca de cinco anos mais tarde, a meta era quase a mesma. Esse novo plano, como o Programa Nacional de Florestas, tomou como ponto de partida quase a mesma quantidade de floresta no Brasil – 5,5 milhões de hectares – novamente sem fazer distinção entre florestas naturais e plantadas. O novo plano definiu a mesma meta, um aumento de 11 milhões de hectares nas florestas, mas em prazo mais prolongado, de 2009 a 2020. Essa redução no ritmo de investimentos em celulose no país tem muitas causas diferentes, uma das mais importantes a crise financeira de 2008.

Independente disso, como procuraremos demonstrar neste trabalho, uma gama de ações coletivas e iniciativas promovidas por atores muito diferentes, oriundos inclusive do poder público, cumpriram um papel importante em questionar a continuação do investimento em celulose. Essas ações construíram uma rede de resistência social à expansão da indústria de celulose e, ao fazer isso, disseminaram, em uma escala ainda mais ampla, uma visão crítica fundamentada nas consequências sociais e ambientais problemáticas de desenvolvimento econômico desse modelo baseado na monocultura de eucalipto. Ao longo dos anos, as ações coletivas que começaram a ser construídas em pequena escala a partir de 1993 conseguiram se fundir com as prioridades culturais das populações atingidas, obrigando os detentores do poder econômico a desacelerar seus planos de investimento e ouvir as demandas dessas populações. Desde 2011, por exemplo, pequenos acionistas da Finlândia, do Uruguai, do Brasil e da Argentina têm participado das movimentadas assembleias gerais anuais da Stora Enso em Helsinque para apresentar os impactos sociais e ambientais negativos da política da empresa nesses países (CRITICAL VOICES, 2012). Em 2012, um coordenador do MST, Marcelo Durão, falou por três minutos na reunião anual de acionistas sobre as políticas predatórias da Veracel no Sul da Bahia (CASA DO MATO, 2012).

⁹ O Comitê Interministerial para a Mudança do Clima foi estabelecido pelo Decreto-lei 6.263, de 21/11/2007.

A frente contra a Stora Enso no Rio Grande do Sul

Até meados de 2004, a monocultura florestal ocorria em pequena escala no Rio Grande do Sul, (BINKOWSKI, 2009),¹⁰ mas, desde então, a expansão aumentou seu ritmo com o apoio direto do governo estadual, então dirigido por Germano Rigotto. A luta pública contra a monocultura de eucalipto tornou-se visível em 2006, mais precisamente, no dia 8 de março, Dia da Mulher. Naquele dia, um grupo de mulheres de muitos movimentos sociais vinculados à Via Campesina, como Marcha Mundial das Mulheres, MST e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), destruiu um laboratório de pesquisa de campo da Aracruz, provocando um grande debate público. Mesmo que a ação tenha sido apresentada negativamente na mídia, por supostamente ter destruído pesquisas, essa ação estabeleceu um marco crítico, ou uma “moldura interpretativa” na linguagem de Tarrow, que difundiu uma percepção negativa da expansão do eucalipto no Rio Grande do Sul e mesmo no Brasil,¹¹ entre setores já politicamente críticos.

Há décadas, o Rio Grande do Sul tem se mostrado um “solo fértil” para a luta social contra a monocultura florestal. É o estado onde José Lutzemberger, agrônomo e ecologista pioneiro de renome mundial nasceu e começou sua luta ambiental. Ele foi o primeiro presidente da AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural), fundada em 1971, uma das primeiras associações envolvidas na luta ambiental do mundo e a primeira da América Latina. O batismo da nova associação ambiental foi exatamente contra uma fábrica de celulose, de propriedade do grupo norueguês Borregaard, mais tarde comprada pela Aracruz, cujos resíduos químicos pioraram ainda mais a poluição do rio Guaíba e provocaram um odor fétido que se espalhava por toda Porto Alegre no início dos anos 70. A poluição provocou uma discussão pública intensa, até mesmo na imprensa censurada da ditadura militar.¹² Desde a fundação da Agapan, portanto, o Rio Grande do Sul tem tido destaque na luta pela conservação e preservação do meio ambiente no Brasil

¹⁰ O estudo realizado por Patrícia Binkowski apresenta um bom levantamento histórico dos conflitos ambientais neste estado até 2009 e é a base de nossa descrição desse processo (BINKOWSKI, 2009).

¹¹ Um indício do desgaste da imagem da Aracruz foi o fato de que neste mesmo ano de 2006, durante os jogos da Copa do Mundo de futebol, em junho, a empresa veiculou um longo anúncio estrelado pela respeitada atriz Fernanda Montenegro, demonstrando necessidade de melhorar sua imagem pública.

¹² Qualquer pessoa que tenha morado em Porto Alegre nessa época se lembra do mau cheiro. A palavra “Borregaard” se tornou popular na cidade para se referir a qualquer coisa que cheirasse mal.

(BINKOWSKI, 2009), protagonizando diversos conflitos ambientais nos últimos 40 anos, como as campanhas contra o uso de pesticidas e as discussões sobre a “agricultura alternativa” e os transgênicos.¹³

Os debates sobre os novos empreendimentos de plantação de eucalipto na chamada metade sul do estado voltaram a assumir papel de destaque na agenda ambiental desde 2004, quando o governador Germano Rigotto (PMDB) priorizou políticas de incentivo ao setor florestal, a fim de transformar a ‘metade sul’ do estado em um polo de desenvolvimento florestal. Os empreendimentos de celulose foram considerados como solução econômica para a região, caracterizada por taxas historicamente baixas de desenvolvimento social e econômico. A promoção do setor foi criticada por muitos grupos ambientais, porque essa região específica tem um bioma importante, chamado Pampa, que cumpre um papel relevante na conservação da biodiversidade, e apresenta uma riqueza de flora e fauna que ainda é pouco estudada. Segundo Binkowski, a expansão das plantações de eucalipto se tornou o cerne do conflito ambiental no Rio Grande do Sul de 2006 a 2009. De um lado, as empresas florestais, representantes do estado e políticos sustentavam o argumento da necessidade de desenvolver a “metade sul” do estado, enquanto, do outro, grupos sociais e movimentos ambientais alertavam para os prováveis impactos ambientais e as transformações socioculturais que ocorreriam nesta região conhecida como “Campanha”, onde predomina a pecuária extensiva, hoje em decadência econômica. (BINKOWSKI, 2009).

Foi em 2006 que a Stora Enso começou a comprar terras para plantações de eucalipto perto da fronteira do Rio Grande do Sul. De acordo com um levantamento do Incra, datado de 31 de janeiro de 2006, havia pelo menos 86 áreas em processo de compra pela “Derflin Agropecuária”, subsidiária da Stora Enso sediada no Rio Grande do Sul. Naquele momento, as propriedades tinham sido objeto de acordos de compra e venda entre a Stora Enso e os seus donos, envolvendo uma área total de 40.963,85 hectares. A Stora Enso também estava interessada em comprar mais 17 áreas que totalizavam cerca de 18.400 hectares. As aquisições deveriam ser finalizadas após a conclusão de um processo administrativo no Incra e a aprovação pelo Conselho de Defesa Nacional. Em nome da Derflin, a Stora Enso entrou com 34 processos

¹³ Em 1990, foi fundada no Rio Grande do Sul uma Assembleia Permanente de Entidades pela Defesa do Meio Ambiente, a APEDEMA/RS. Ela reúne 37 movimentos ambientais, ONGs e associações, principalmente as do Movimento Ecológico Gaúcho (MEG) (APEDEMA, 2015).

administrativos para legalizar essas áreas próximas à fronteira, mas, em 2008, eles seriam arquivados por motivos que analisaremos a seguir.¹⁴

Enquanto o governo estadual e muitos políticos saíam em defesa da Stora Enso, as lutas contra seus projetos de investimento reuniram contra ela não só ONGs ambientais, mas também movimentos que integram a Via Campesina, que vinham organizando ocupações nas áreas compradas pela empresa. No entanto, em 4 de março de 2008, ocorreu um conflito violento, quando um grupo de 900 mulheres e crianças da Via Campesina ocupou a “Fazenda Tarumã”, uma das propriedades da empresa. Elas invadiram a área no início da manhã e foram violentamente expulsas pela polícia no final do dia com bombas de efeito “moral” e balas de borracha. Repórteres e fotógrafos foram retirados da área antes da operação de despejo e tiveram que ficar a cerca de 11 km da área.¹⁵ De acordo com um comunicado da Via Campesina (FSC-WATCH, 2008), a violência usada pela polícia foi desproporcional. Cerca de 60 mulheres foram feridas gravemente e 800 foram presas. Enquanto isso, 250 crianças do acampamento foram separadas de seus pais. A área tinha sido ocupada como forma de protesto contra a exploração, por parte de uma multinacional, de uma área de 2.075 hectares perto da fronteira com o Brasil para plantar monocultura de eucalipto. Segundo a polícia militar, as mulheres camponesas já tinham cortado quatro hectares de árvores plantadas até o final do dia. Como em outras ocupações dos sem-terra em áreas de eucalipto, elas provavelmente o teriam substituído por culturas alimentares, mas a expulsão foi surpreendentemente rápida.

Era a terceira vez que as mulheres da Via Campesina ocupavam uma fazenda da Stora Enso, mas, nas outras ocasiões, não tinha ocorrido confrontos. A expulsão ocorreu com essa rapidez porque a Stora Enso já tinha uma “arma jurídica”: uma autorização da justiça estadual do Rio Grande do Sul declarando que, para remover os manifestantes da terra, não seriam necessárias outras decisões judiciais. A governadora do estado na época, Yeda Crusius, colaborou dando rápida permissão à Polícia Militar para expulsar as mulheres. Era público, na época, que a governadora tinha recebido cerca de 500 mil dólares de empresas de celulose, incluindo a Stora Enso, para sua campanha eleitoral (FSC-WATCH, 2008).

¹⁴ Informações parcialmente obtidas em entrevista realizada por email em 15 de junho de 2012 com Adenir Frandoso, então fiscal de Cadastro e Tributação Rural da Superintendência do Inca do Rio Grande do Sul.

¹⁵ O fato de haver ali jornalistas, em uma fazenda muito distante de Porto Alegre, indica que alguns devem ter sido contatados de antemão pela Via Campesina para cobrir a demonstração (PENTEADO, 2008).

As mobilizações da Via Campesina deram visibilidade pública ao fato de que a Stora Enso, uma empresa estrangeira, estava envolvida em compras irregulares de terras a 150 quilômetros da fronteira com o Brasil sem concluir o processo de aprovação exigido. Em 2008, a empresa já tinha cerca de 46 mil hectares no Rio Grande do Sul e estava comprando outras áreas grandes perto da fronteira com o Uruguai, como parte de seu plano de expansão para estabelecer mais de 100 mil hectares de plantações industriais de árvores e construir uma fábrica de celulose com capacidade para um milhão de toneladas por ano. No início, a empresa tinha tentado comprar as áreas através de sua subsidiária, a Derflin S.A., mas, como era estrangeira, não podia comprar terras sem permissão especial. A seguir, a Stora Enso criou uma empresa de fachada, a Azenglever Agropecuária Ltda., para comprar a terra em seu nome. Na época, a Via Campesina denunciou que a Azenglever era de propriedade dos dois principais executivos da Stora Enso, João Fernando Borges, diretor florestal, e Otávio Pontes, vice-presidente para a América Latina. Segundo a Via Campesina, esses dois eram os maiores proprietários de terras do Rio Grande do Sul na época.

Para o Incra, as aquisições já concluídas também eram ilegais. De acordo com o órgão, as licenças para a empresa comprar terras próximas à fronteira brasileira estavam em tramitação quando o grupo finlandês as suspendeu e decidiu criar uma empresa brasileira de fachada para legalizar a terra. O Ministério Público Federal começou a investigar a criação da Azenglever Agropecuária Ltda., mas a Stora Enso negou que tivesse criado a empresa às escondidas das autoridades brasileiras. De acordo com sua assessoria de imprensa, a Azenglever foi fundada por uma “razão jurídica”, para possibilitar a aquisição de terras no Rio Grande do Sul (PENTEADO, 2008), e a empresa teria comunicado aos órgãos estaduais competentes que tinha criado esta empresa para dar mais segurança jurídica a seus investimentos.

Em 2007, o Incra declarou que a “reestruturação” empresarial da Stora Enso através da criação da Azenglever demonstrava que a empresa estava comprando propriedades rurais na região de fronteira, “sem a observância da legislação federal que regula tal aquisição” (BINKOWSKI, 2009: 56). Naquele documento, o Incra também se posicionava contra as aquisições de terra pela Azenglever por causa dos conhecidos impactos dos investimentos em celulose em outras regiões e países: êxodo rural, modificações na paisagem, esgotamento de nutrientes do solo e da água, concentração fundiária e aumento dos cinturões de pobreza (Ibid: 57). Nas palavras do procurador federal do Incra André Duarte, a expansão de monoculturas de eucalipto representa uma “anti-reforma agrária”

(entrevista concedida por telefone em 26 de junho de 2012).

Para apoiar a reivindicação da Stora Enso, o senador do Rio Grande do Sul e conhecido comunicador local Sergio Zambiasi tentou mudar a legislação brasileira, apresentando um projeto de lei para diminuir a área de fronteira nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, de 150 km para 50 km. Para ele, o conceito de faixa de fronteira demonstrava “conservadorismo”, porque inibia investimentos e dificultava estratégias de desenvolvimento, principalmente nos estados do sul do Brasil (BINKOWSKI, 2009, p. 54-55). Nessa mesma época, outros quatro políticos do Rio Grande do Sul tentaram modificar a legislação sobre terras de fronteira na Câmara dos Deputados. Até a governadora do estado, Yeda Crusius, foi a Brasília para negociar com Dilma Rousseff, então chefe da Casa Civil do governo Lula. Segundo a pesquisa de Binkowski, a futura presidente do Brasil, que tinha começado sua carreira política institucional naquele estado, era favorável às mudanças na legislação sobre faixa de fronteira. Interessados em atrair mais investimentos, prefeitos e políticos de muitos municípios próximos à fronteira brasileira queriam uma redução na área sujeita a limitações. Contudo, uma audiência pública que aconteceu na Assembleia Legislativa do estado em julho de 2008 teve um resultado inesperado: serviu de plataforma para as muitas vozes que apoiavam a opinião do Incra e eram contrárias à legislação para alterar as regras sobre investimentos nas regiões de fronteira, incluindo o representante do Ministério da Defesa. Na esteira da audiência pública, o senador Zambiasi retirou seu projeto de lei que visava reduzir a faixa de fronteira. A dissertação de Binkowski acompanha este processo até 2008, descrevendo que, neste ano, a Stora Enso fechou sua sede em Porto Alegre, assim como o escritório de pesquisa e compra de terras que mantinha em Rosário do Sul, onde a empresa havia planejado a construção de uma fábrica de celulose (BINKOWSKI, *op. cit.*).

A legislação não mudaria, mas, em 2009, o clima se tornou mais propício para os investimentos sueco-finlandeses quando a empresa foi negociar diretamente em Brasília. Contra o parecer do escritório regional do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Conselho Nacional de Defesa deu “assentimento prévio” à Stora Enso para comprar a Fazenda Cerro Jacaqua, de 170,6075 hectares, em São Francisco de Assis, dentro faixa de fronteira do Rio Grande do Sul, e 99,98% da Azenglever Agrícola Ltda. – uma decisão tomada em 31 de julho, mas publicada em 3 de agosto de 2009 no Diário Oficial da União (DOU, 2009). Desde então, foram aprovadas outras aquisições da Stora Enso, que, na opinião do procurador federal do Incra, André Duarte, “abriram a porteira” para a

expansão das plantações de eucalipto da empresa na fronteira sul do Brasil. Para Duarte, a aprovação pelo Conselho de Defesa Nacional revela a persistência dessa, que ele classifica de “visão desenvolvimentista entre aspas”. Em síntese: “onde vem o dinheiro, ele é bemvindo não importa os custos. O dinheiro manda, a gente esperneia” (entrevista concedida por telefone no dia 26 de junho de 2012).

Poucos anos depois, a oposição real aos planos de expansão da Stora Enso no Rio Grande do Sul viria, de fato, de Brasília, no Parecer LA-01 da Advocacia Geral da União (AGU), aprovado pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva e publicado no Diário Oficial em 23 de agosto de 2010, que restringiu efetivamente projetos de investimento estrangeiro em plantações de eucalipto. O parecer limita especificamente o investimento estrangeiro em terras de fronteira, além de restringir a quantidade total de terras que pode ser de propriedade de estrangeiros em um determinado município, o que torna inviáveis os investimentos em grandes plantações, típicos da indústria de celulose. Porém, em 2012, manobras no Congresso brasileiro apontaram para a possibilidade de uma nova mudança de rumo que agora favorecia os planos de expansão da Stora Enso. Em 13 de junho de 2012, a Comissão de Agricultura da Câmara Federal aprovou um relatório alterando a legislação brasileira que limita a possibilidade de empresas e indivíduos estrangeiros comprarem grandes extensões de terras. Antes dessa mudança, o limite para empresas estrangeiras era de 100 módulos fiscais e para pessoas físicas, 50. O texto aprovado pela Comissão de Agricultura da Câmara propõe que empresas brasileiras com capital estrangeiro passem a ser consideradas brasileiras e possam, portanto, comprar até um quarto das terras de um município. O texto também altera a necessidade de aprovação ou licença do Incra para um estrangeiro que compre até quatro módulos fiscais de terra e que alugue até 10 módulos fiscais. Segundo Duarte, ainda não está claro se uma lei do Congresso pode mudar um parecer do Procurador-Geral da União, que tem *status* de decisão ministerial.¹⁶

De qualquer modo, apesar do Parecer da AGU e as restrições que ela acarreta para a aquisição de terra por parte de estrangeiros, Fairbairn (2015) aponta para o fato de que elas podem não ser efetivas, porque se aplica uma lógica geopolítica centrada no Estado para uma ameaça que é majoritariamente desterritorializada e financeirizada, já que as terras não

¹⁶ Em entrevista concedida ao jornal *O Valor*, em 25 de maio de 2016, o sojicultor Blairo Maggi, ministro da Agricultura do governo interino de Michel Temer, declarou que apoia o projeto que prevê a liberação da compra e do arrendamento de terras no Brasil por estrangeiros, com limites em áreas de grãos, mas sem qualquer restrição para culturas perenes, como é o caso do eucalipto.

têm sido transferidas “do controle doméstico para o controle de uma única entidade estrangeira, mas sim para o controle do capital cuja filiação nacional é tanto instável, múltipla, opaca ou que é simplesmente constituído para garantir tratamento fiscal preferencial” (*Ibid*, p. 584). Portanto, apesar da legislação restritiva, há várias “caminhos criativos” para os interessados nos ativos fundiários brasileiros que conseguem facilmente contornar as restrições presentes no parecer da AGU, como ela comprova em seu artigo, visto que a reforma constitucional ocorrida nos anos 90 tornou “brasileira” toda empresa de capital estrangeiro com sede no Brasil.

O grande problema das papelarias em geral, como a Stora Enso, é sua notoriedade, o que dificulta que possam fazer essas operações sem chamar atenção da opinião pública e de movimentos sociais. Logo, precisam fazer *lobby* para garantir apoio político ou, simplesmente, como veremos adiante, descumprir a lei, contando com a leniência das autoridades estatais ou a eficiência da força em criar um *fait accompli*.

Como o Estado do Rio Grande do Sul é uma das regiões mais desenvolvidas do país, “com um Estado mais estruturado e eficiente e uma sociedade civil mais organizada” (CARTER e CARVALHO, 2010: p. 303), a pressão política precisa ser conduzida também em nível institucional. Foi em busca deste apoio que, em fevereiro de 2012, o então governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, do Partido dos Trabalhadores (PT), recebeu a visita de investidores estrangeiros, incluindo o diretor florestal da Stora Enso, João Fernandes Borges, para discutir a questão. Justamente, uma das principais queixas do *lobby* empresarial estava relacionada à restrição jurídica à compra de terras por empresas estrangeiras, consequência do parecer do Procurador-Geral da União desde agosto de 2010. Além do executivo da Stora Enso, também estava presente Walter Lídio Nunes, diretor-presidente brasileiro da companhia CMPC Celulose Rio-Grandense, cujo controle é chileno e que comprou a fábrica de celulose que pertencia originalmente ao grupo Borregaard.¹⁷ Eles argumentaram que três projetos para a instalação de unidades de produção de celulose, envolvendo um total de 6,5 bilhões de reais em investimentos, estavam paralisados por causa do parecer da AGU, e esses empreendimentos poderiam promover 120.000 empregos diretos e indiretos. Segundo relatos da mídia, Tarso Genro foi receptivo aos argumentos dos empresários (JORNAL DO COMÉRCIO, 2012). Um artigo publicado em um veículo de mídia especializado no setor florestal,

¹⁷ De Borregaard, essa fábrica de celulose passou a se chamar Riocel, e depois, Aracruz. Antes de ser vendida ao grupo chileno, chamava-se Fibria, cada nome representando um novo controlador.

o *Painel Florestal*, sobre os desafios enfrentados pelo setor florestal de celulose no Rio Grande do Sul, confirma a pressão política dessas empresas, informando que “empreendedores tentavam reverter parecer da AGU que emperra investimentos no setor” (PAINEL FLORESTAL, 2012).

Em maio de 2012, a Stora Enso protocolou mais de 15 processos administrativos no Incra, sem contar os 34 que tinha iniciado anteriormente, solicitando autorização para a aquisição de terras rurais para a plantação de árvores. Em relação a outros 34 já em andamento, a empresa afirmou que estava reunindo uma documentação atualizada para reapresentar a solicitação em conformidade com os novos requisitos do Incra para autorização de solicitação e anuência do Conselho Nacional de Defesa. Na época, de acordo com o vice-presidente da divisão de biomateriais da Stora Enso, Otávio Pontes, a empresa tinha 45 mil hectares de terras no Rio Grande do Sul, em nove municípios, dos quais 20.800 já tinha recebido plantações. As atividades da empresa estavam restritas à manutenção das plantações existentes e aos cuidados com a preservação de suas fazendas, em conformidade com as condições ambientais especificadas em suas licenças (PAINEL FLORESTAL, 2012). No ano seguinte, no dia 30 de outubro de 2013, colunista do jornal gaúcho *Zero Hora*, Klécio Santos, publicou nota dizendo que a empresa sueco-finlandesa estaria negociando suas terras na Metade Sul do Estado, o que significava o fim de seu projeto de investimento estimado em U\$ 1 bilhão (IHU Online, 2015). De fato, os investimentos da empresa se concentram hoje no Uruguai, na fábrica Montes Del Plata posta em funcionamento em Punta Pereyra, no Departamento de Colônia. De qualquer modo, indicando seu interesse em se manter na América do Sul, a Stora Enso abriu escritório global no Brasil em 2012, em São Paulo (JORNAL VALOR, 2012), para “reduzir a exposição à Europa e ao negócio do papel”. A mesma reportagem informava que a empresa esperava que, em 2017, entrasse em operação “a segunda linha” da Veracel, *joint venture* com a Fibria, no sul da Bahia.

A frente de resistência à Veracel em Eunápolis

Embora afirme ser uma empresa brasileira, a Veracel Celulose S. A. é, talvez, a maior empresa estrangeira proprietária de terras no Brasil,¹⁸ controlando cerca de 200.000 hectares: os 45 mil hectares no Rio Grande

¹⁸ Malina cita o cadastro do Incra e o trabalho de Oliveira, 2010, para construir esses dados (MALINA, *op. cit.*). Em 2012, circulava uma matéria na Internet com o seguinte título: “Veracel possui maiores extensões de terra na Bahia: a concentração de terras em alguns municípios” na qual foi retirada a citação de trabalho anterior publicado em 2012, que afirmava que a empresa tinha 204 mil hectares ao todo no país (VERACEL, 2012).

do Sul e 154.719 hectares na Bahia, segundo o cadastro mantido pelo Inbra de 2003, sendo que destes, 48.796 hectares são declarados como posse (MALINA, 2013, p. 357). Ou seja, é uma grande empresa que possui quase 50 mil hectares de terras públicas griladas. Além disso, ela possui um terço do município de Santa Cruz Cabralia, 45.811,2 hectares, e é dona de quase 40% do município de Eunápolis – cerca de 46.665, 48 hectares dos 117.912,6 hectares de terras de Eunápolis.

Segundo sua solicitação de licença para expandir suas propriedades, datada de agosto de 2007, a empresa tem 172.982 hectares de eucalipto plantados em terras próprias e arrendadas em 11 municípios do sul da Bahia: Eunápolis, Santa Cruz Cabralia, Belmonte, Porto Seguro, Itagimirim, Itabela, Itabebi, Guaratinga, Mascote e Santa Luzia. Sua sede fica em Eunápolis, onde, em 2005, uma fábrica de celulose com capacidade para 1,2 milhão de toneladas iniciou suas operações. Desde 2007, a empresa está tentando obter licenças ambientais para aumentar a capacidade de moagem para 2,5 milhões de toneladas por ano e plantar mais 93.000 hectares de monoculturas de eucalipto, aumentando sua influência e suas atividades em outros seis municípios: Potiraguá, Itarantim, Itapetinga, Maiquinique, Macarani e Encruzilhada. De acordo com a “Auditoria do monitoramento anual do manejo florestal da Veracel, com sede no Município de Eunápolis”, publicado no dia 10 de setembro de 2015, e conduzido pela Imaflo e a RainFlorest Alliance (RA), a Veracel teria na região um total de 199.335 mil hectares.

O promotor João da Silva Neto, do Ministério Público Estadual de Eunápolis, afirma que a Veracel não tem licença regular para toda essa área plantada com eucalipto e nunca cumpriu as condicionantes legais acordadas em 1996. O que a empresa tem são licenças para a fábrica de celulose. Mesmo assim, em 14 de março de 2012, a Veracel recebeu uma licença prévia do estado da Bahia para suas metas de expansão, o que decepcionou a muitos na região. Antes disso, em outubro de 2011, um relatório do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) havia rejeitado a expansão da Veracel, aguardando mais informações.¹⁹ O relatório criticava o fato de o EIA-RIMA apresentado pela empresa não apresentar uma “clara demarcação” das novas áreas onde pretendia ampliar suas plantações de eucalipto, apenas mencionando que a expansão se concentraria em áreas de pastagem, mas sem indicar precisamente onde estavam essas terras. Segundo o relatório, a

¹⁹ No dia 8 de fevereiro, a socióloga Maria Auxiliadora Borges Ribeiro, que participou desse estudo, solicitou sua exoneração. Segundo o Cepedes, ela foi “convidada a sair” em função do resultado de seu estudo. É possível encontrar sua exoneração no Diário Oficial do Estado da Bahia (D.O. Bahia, 2012).

informação era ambígua e imprecisa, pois a pecuária aumentara sem qualquer controle desde final da década de 1980, ocupando o que haviam sido áreas de produção de cacau. O relatório pedia mais informações como condição para a concessão da licença, mas o governador do estado, Jacques Wagner, apoiou o plano de expansão da Stora Enso/Veracel e viajou à Suécia para acalmar os acionistas da sócia da então Aracruz em novembro de 2008 (BAHIA NEGÓCIOS, 2008), em uma demonstração clara de apoio do governo da Bahia à expansão da fábrica. Logo, sem que as outras informações solicitadas pelo relatório de 14 de outubro de 2011 tivessem sido apresentadas, a licença prévia foi concedida, cinco meses depois.

Na verdade, o governador Jacques Wagner estava seguindo a estratégia do governo federal, de mudar a equipe para garantir que as licenças ambientais fossem concedidas mais rapidamente,²⁰ com vistas a atingir as metas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), então coordenado por Dilma Roussef, chefe da Casa Civil do governo Lula. É nesse contexto político-econômico que Eugênio Spengler foi nomeado Secretário Estadual de Recursos Ambientais e Hídricos. Pouco tempo depois, em 2011, duas associações de funcionários de órgãos ambientais estaduais²¹ fizeram uma declaração pública chamada “Desastre Ambiental na Bahia”, na qual denunciavam a gestão irresponsável implementada pela agência ambiental baiana. Segundo essas organizações, Spengler foi o responsável pela “desintegração e a fragmentação da estrutura de gestão ambiental do estado”.²² A declaração também reforçava a informação, que já detinha certo conhecimento público, das ligações empresariais entre Spengler e seu ex-sócio, Cláudio Roberto Bertoldo Langone, na empresa Paradigma Soluções Ambientais, consultora da Veracel na época.

Essas batalhas pelo licenciamento não foram exceção na história da Veracel em Eunápolis. Desde o início do empreendimento de celulose na cidade, a empresa, então chamada Veracruz Florestal e de propriedade da Odebrecht, enfrenta problemas judiciais na região, relacionados principalmente ao desrespeito às leis ambientais e trabalhistas. A primeira batalha judicial data de 1993 e foi resultado de um escândalo ambiental

²⁰ Uma das razões da remoção de Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente, durante o governo Lula.

²¹ Associação dos Servidores do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (ASCRA) e Associação dos Especialistas e Fiscais do Grupo Ocupacional Fiscalização e Regulação (ASSERF), que representa os servidores de órgãos ambientais da Bahia.

²² Em junho de 2012, servidores federais de órgãos ambientais do Brasil entraram em greve, durante a Rio+20, mais ou menos pelas mesmas razões.

que despertou a opinião pública apenas um ano depois da Cúpula da Rio-92. Contatados pelo Cepedes e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Teixeira de Freitas, o Greenpeace e a SOS Mata Atlântica filmaram funcionários da Veracruz devastando grandes áreas de um dos ecossistemas mais ameaçados do Brasil: a Mata Atlântica, que hoje cobre apenas 7% do território.²³ Quinze anos depois, em 2008, a empresa foi condenada a pagar uma multa de R\$ 20 milhões por cortar cerca de 33 mil hectares de Mata Atlântica, sendo obrigada a cortar todos os eucaliptos plantados sem licença e replantar espécies da Mata Atlântica. A sentença também anulou todas as licenças ambientais da Veracel. Foi imediatamente após essa decisão judicial que o então governador Jacques Wagner viajou para a Suécia e garantiu seu apoio à ampliação da fábrica. Em 2015, a sentença ainda seguia sem ser cumprida, já que a empresa recorreu na Justiça.

As batalhas judiciais envolvendo a *joint venture* Stora Enso se multiplicaram e ajudaram a fortalecer o Cepedes em sua ação coletiva. De acordo com um levantamento realizado por Markus Kröger baseado nos dados de Tribunais, Ministério Público Estadual e Federal, a Veracel era alvo de quase 900 ações judiciais em novembro de 2010 (WORDPRESS, 2011). Para Kröger, “a maioria dos casos, quase 800, refere-se a diferentes tipos de violações de direitos trabalhistas. O restante são ações criminais e cíveis, incluindo ocupação irregular de terras, lavagem de dinheiro e até mesmo corrupção política” (KRÖGER, 2011). Segundo o promotor João Alves da Silva Neto, a Veracel dá sinais de “atividades típicas de crime organizado” e, apesar de seu estilo de *marketing* ambientalmente preocupado, deixa um rastro de passivos ambientais e jurídicos pelos quais até hoje não deu resposta (entrevista realizada em Eunápolis, 29 de maio de 2012).

Após as ações por violação da legislação trabalhista, a maioria dos processos judiciais envolvendo a Veracel está relacionada a licenças ambientais irregulares para suas próprias plantações e também para os

²³ Na entrevista realizada em Eunápolis, em 28 de maio de 2012, Melquiades Spinola de Oliveira, membro fundador do Cepedes, declarou que até então ninguém sabia qual tipo de contrato ou acordo foi feito entre a Odebrecht e o governo federal para explorar as imensas florestas Rio Doce, propriedade da Companhia Vale do Rio Doce, então uma empresa estatal. Era uma área enorme, coberta por Mata Atlântica, que foi quase que completamente devastada pela Odebrecht. A dissertação de Lea Malina (2013) lança luzes sobre esse mistério. Ela consegue levantar que, na verdade, a Veracruz Florestal arrendou 85 propriedades da FRD, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, criada para reflorestar o Vale do Rio Doce. Estas áreas arrendadas foram posteriormente “permutadas” por áreas das Odebrecht. Em 28 das áreas permutadas havia remanescentes de Mata Atlântica que foram derrubados ilegalmente pela Veracruz Florestal em 1992.

agricultores, os “fomentados”, que assinaram contratos de arrendamento permitindo que a empresa plantasse eucalipto em suas propriedades. Em 2012, existiam cerca de 130 agricultores com monocultura de eucalipto em suas terras, mas alguns deles também têm suas próprias plantações sob restrição judicial por não terem licenças para cortar as árvores. Segundo o promotor Silva Neto, todos os fomentados estão “na ilegalidade”. Na época dos contratos entre esses agricultores e a Veracel, o prefeito de Eunápolis, Gediel Sepúlveda, fez um acordo com a Veracel e, por conta disso, está sendo processado criminalmente. Em troca de pagamento antecipado do imposto municipal, Sepúlveda nomeou um funcionário de confiança da empresa, Luis Carlos Scoton, para ser Secretário Municipal do Meio Ambiente e presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Scoton tinha concedido licenças irregulares para áreas já plantadas. Todas essas licenças para plantações de eucalipto contratadas foram canceladas e Scoton foi processado criminalmente.

Os casos de corrupção envolvendo agentes públicos são frequentes. Em 2009, o próprio Silva Neto recebeu a visita de Roque Souza, contador da empresa Multiplus. Segundo o promotor, “ele declarava, até dava conta e tudo, dizendo que a conta dele foi usada pela empresa para pagar 135 mil reais para autoridades do Estado da Bahia”. A Veracel também pagava seus fornecedores através das contas bancárias de agricultores “fomentados”, como Arnold Prado, para ocultar suas ligações com essas empresas. Segundo Silva Neto, todos os casos com indícios de “lavagem de dinheiro” estão agora nas mãos do Ministério Público Federal. Outro caso emblemático da atuação da Veracel é a ação judicial do Ministério Público Federal que ela responde, desde 2007, por tentar se apossar de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, em conluio com funcionários da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e um fazendeiro, em Barra Velha, distrito de Porto Seguro.

Mesmo a certificação que a Veracel recebeu do Forestry Stewardship Council (FSC) é contestada pela Justiça de Eunápolis. O promotor João da Silva Neto notificou oficialmente o organismo certificador SGS Qualifor sobre a situação ilegal da Veracel e dos fornecedores de eucalipto que tiveram suas licenças para plantação canceladas. O SGS tinha começado a trabalhar na região em maio de 2007, mas só em julho se soube, na região, que o processo de certificação estava em andamento. O Cepedes visitou todas as instituições importantes dos municípios onde a Veracel operava, como a Prefeitura, a Câmara de Vereadores, o Ministério Público e descobriu que muitas delas nem tinham sido contatadas pelo SGS, tampouco sabiam o que era a

certificação do FSC nem quais eram os princípios e critérios defendidos pelo organismo. Durante o processo de certificação, o SGS não aceitou a proposta de uma visita de campo feita pelas várias organizações locais que compõem o Fórum Socioambiental do Extremo Sul da Bahia. Depois de receber uma longa carta assinada por 347 entidades que denunciavam impactos, irregularidades e ilegalidades das atividades da Veracel, o FSC anunciou que realizaria uma auditoria sobre o trabalho realizado pelo SGS. No entanto, em 13 de março de 2008, pouco antes da visita do FSC planejada para o final do mês, o SGS anunciou que tinha concedido o certificado verde à Veracel. Na auditoria do FSC, foram reconhecidos muitos atos incompatíveis com os critérios e princípios do órgão, mas o certificado verde da Veracel não foi revogado. A decisão foi criticada internacionalmente e a batalha para suspender a certificação do FSC à Veracel continua. De acordo com o Cepedes, foi confirmada a suspensão do SGS Qualifor como certificador do FSC.

Terras irregulares: um “presente” da injustiça social brasileira para a indústria de celulose

O Brasil tem 850 milhões de hectares e uma das mais extremas concentrações da propriedade da terra do mundo, mantendo o Índice de Gini em torno de 0,85 nos últimos 40 anos, o que significa que cerca de 1% dos proprietários têm 46% de toda a terra agricultável. Além desse monopólio da terra, o acesso injusto a recursos naturais comuns é agravado pelo que Delgado (2010) identificou como uma fragilidade fundamental da legislação agrária no Brasil: a incapacidade relativa do Estado brasileiro para supervisionar e regular o mercado de terras segundo o princípio da função social da propriedade. Segundo a Lei Agrária, todas as terras não produtivas podem ser desapropriadas para a reforma agrária, e o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) calcula que haja cerca de 120 milhões de hectares de terras improdutivas no Brasil (DELGADO, 2010, p. 101). Desde o fim da ditadura, na década de 80, e com o aumento da luta pela terra no país, muitas pesquisas apontaram que a maioria dos assentamentos sem-terra só foi obtida através de ocupações de terra levadas a cabo em todo o país por movimentos sociais (CARTER, 2010; HEREDIA *et al.*, 2002). Além disso, o Estado brasileiro e suas 27 unidades federativas não sabem exatamente o quanto de seu território foi alijado do patrimônio público por meio de privatizações (WILKINSON *et al.*, 2012). Muitos estados, mesmo os mais importantes, como Minas Gerais e São Paulo, têm uma parte significativa de suas terras públicas ilegalmente tomadas ou

“griladas”.²⁴ Geralmente, essas terras são apropriadas ilegalmente por um fazendeiro através de corrupção, com permissão do registro de terras local, muitas vezes depois da expulsão de pequenos agricultores ou comunidades indígenas e quilombolas. Delgado mostra que, de acordo com o SNCR, há 172,95 milhões de hectares que são “devolutos”, referindo-se a terras públicas ou não reivindicadas nem reguladas pelo Estado brasileiro. A soma de áreas improdutivas e terras públicas representa 34% do território nacional, que poderia, em princípio, ser alocada para uma reforma agrária. Um raro levantamento realizado por um funcionário do Incra sobre terras de 21 municípios do sul da Bahia identificou 846.291,55 hectares de terras públicas. A região como um todo tem 3.064.678,75 hectares, de forma que 27,6% da terra no extremo sul da Bahia é pública. Portanto, sendo a maior proprietária de terras nessa região, a Veracel comprou uma série de áreas em condições irregulares, mas que curiosamente foram legalizados pouco tempo depois da compra para o proprietário que a tinha vendido para a empresa.

Um exemplo ilustrativo desse tipo de negócio são dois documentos de compra e venda entre os nove herdeiros de Luciano José Santana e a Veracel. Eles venderam à empresa duas propriedades de 582 hectares sem título, oito terrenos sem título, com um total de 1.627 hectares e uma fazenda registrada no Incra, com 1.532 hectares, declarada à Receita Federal como tendo 1.713 hectares. No contrato, a Veracel assegura seus direitos:

“Caso a OUTORGADA COMPRADORA, venha entender que seja necessário, os OUTORGANTES VENDEDORES se obrigam a fornecer todos os documentos para a regularização dos imóveis, inclusive para a titulação e cadastro perante o Incra, bem como assinarem quaisquer requerimentos, petições e/ou procurações, cujos imóveis têm os seus limites e confrontações atualizados” (Escritura Pública de Compra e Venda, Paga e Quitada, Zelindo Pires - Tabelião substituto, 19/1/2011, Comarca de Camacan).

Ou seja, na hora da compra da terra, a empresa sabe que está comprando posse e delega ao “vendedor” a responsabilidade pela regularização da terra. Foi com algumas terras devolutas que a Veracruz

²⁴ Uma das principais lutas do MST tem se dado no Pontal do Paranapanema, no oeste do estado de São Paulo, onde, desde final dos anos 50, houve uma decisão final estabelecendo mais de um milhão de hectares dessa região como terras públicas. Em 2003, havia 52 ações judiciais por terras públicas no estado, 14 já julgadas em primeira instância e duas confirmadas pelo Tribunal de Justiça.

permutou com a Florestas Rio Doce (FRD) que a empresa inaugurou a prática de comprar a posse e delegar ao vendedor o ônus da regularização das terras frente ao Estado, mesmo não tendo mais o domínio da terra. Malina²⁵ (2013), em sua pesquisa, identificou que três propriedades da FRD, as Fazenda Santa Helena, Sapucaia e o Sítio Esperança, que eram devolutas, arrendadas pela Veracel em 1992, transmitidas pelo Estado à FRD em 2 de dezembro de 1996 e efetivamente compradas pela Veracel em 1998, totalizando aproximadamente 1887 ha.

Nesse processo do que o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira chama de “territorialização do monopólio”, a Veracel nem se deu ao trabalho de esperar a regularização do Estado, comprando a terra de seus supostos proprietários antes mesmo dela ser regularizada. Este foi o caso de um total de 29 áreas localizadas nos municípios de Eunápolis e Porto Seguro, que totalizam 8.627,76 hectares (*ibid.* 253) levantadas pela autora. Dentre estas áreas estava incluída a própria área onde a empresa construiu sua fábrica, a fazenda Brasilândia, que era devoluta até 30 de novembro de 1998, mas foi permutada por Edimar Luiz Margotto em 3 de fevereiro de 1998. Como conclui Malina:

“Diversas propriedades haviam sido compradas pela Veracel, segundo consta nas matrículas, enquanto as terras ainda eram devolutas, do Estado da Bahia. Todas elas foram transmitidas em algum momento para domínio particular, porém, em todos os casos, para pessoas físicas, após terem sido compradas pela empresa, o que caracteriza o uso de ‘laranjas’ para a regularização da situação jurídica das terras apropriadas pela empresa (*Ibid.* p. 234).

As irregularidades generalizadas no sistema de posse da terra no Brasil também proporcionam um solo fértil para as lutas pela reforma agrária que, no entanto, apesar de estarem disputando terras devolutas, algumas delas apropriadas pela Veracel, não recebem o mesmo tratamento ágil por parte do Estado da Bahia. Há acampamentos situados há mais de sete anos em terras comprovadamente devolutas, que, no entanto, não são arrecadadas com a mesma rapidez que as terras compradas pela Veracel. Estas foram rapidamente legalizadas em nome de seus vendedores que, supostamente, ainda detinham sua posse, que, na prática, já era da Veracel.

²⁵ Em sua pesquisa, Malina conseguiu a matrícula de 195 propriedades rurais compradas pela Veracel, sendo que 133 em Eunápolis e 62 em Porto Seguro, ou seja, dois dos dez municípios onde a empresa tem propriedade no Extremo Sul da Bahia (MALINA, *op. cit.*). Ela só conseguiu a “cadeia vintenária das matrículas”, ou seja, somente dos “últimos 20 anos de história” dessas propriedades.

De acordo com o Cepedes, em 2012, havia cerca de 14 acampamentos de sem-terra em áreas da Veracel. Em cinco deles, o Cepedes não tinha contato com os organizadores, nem sequer sabia sob qual “bandeira de sem-terra” eles estavam organizados. Oito deles foram organizados por duas “brigadas” do MST (o nome que a organização dá à sua coordenação de base) e um deles foi organizado pelo Movimento de Luta pela Terra (MLT), o acampamento “Baixa Verde”. Todas essas áreas da Veracel estão situadas na região sul da Bahia, perto de Porto Seguro, lugar onde os primeiros navios portugueses chegaram em 1500.

Depois de os movimentos sociais ocuparem algumas das terras da Veracel, foi demonstrado que pelo menos um dos dois acampamentos envolvia grandes porções de terras públicas. Um deles, chamado de “Fazenda São Caetano”, está ocupado desde 2008 pelo MLT. A área vendida à Veracel tinha 1.995 hectares, mas, no decorrer da pressão política exercida pelo movimento dos sem-terra através da ocupação, as autoridades do estado da Bahia descobriram que 1.385 hectares eram, na verdade, terras públicas. A mesma situação foi descoberta em um assentamento já consolidado pelo MST, em Porto Seguro, o “Cerro Azul”, onde 800 dos 2.000 hectares eram públicos. O processo judicial de discriminação da terra é lento e em 2015 ainda não tinha sido concluído, atrasando o desenvolvimento dos assentamentos nos dois lugares. As famílias, em 2012, ainda viviam em tendas de plástico preto, sem direito a crédito público para construir suas casas ou para a produção.

Segundo Kröger (2010), desde 2004, a pressão exercida pelo MST, pela Via Campesina e por movimentos de sem-terra de menor porte, como o MLT, através de protestos e ocupações de terra, tornou-se “parte integrante dos jogos políticos envolvendo exploração dos recursos naturais por empresas”, visto que é a pressão das ocupações de terra promovidas por eles que garantiu que governo federal - muito mais engajado em financiar grandes projetos empresariais do que a reforma agrária - fizesse algum movimento neste sentido:

O Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é institucionalmente fraco e não recebe recursos suficientes do governo (Wolford, 2010). Neste cenário, o MST tem criado uma interação democrática participativa, prestando serviços essenciais para a execução das políticas de reforma agrária (WOLFORD, 2010). Os protestos do MST e seu envolvimento com os jogos políticos intermediados, em grande parte, pelo Estado, são essenciais para garantir que o governo libere fundos para a compra de terras (KRÖGER, 2010, 2011). Assim, de uma perspectiva de justiça ambiental, o MST considera suas

ocupações de terras da Veracel como legais e justificadas, pois as plantações de monoculturas de árvores não atendem aos requisitos para fins sociais. O MST e seus aliados afirmam que a titulação de parte considerável dessas terras é inválida (terra devoluta: terra do estado grilada ilegalmente no passado por especuladores de terras e vendidos à Veracel para evitar futuras expropriações pelo Estado) e não deveria ter sido adquirida. O estabelecimento de plantações aumenta os preços da terra, tornando-a mais cara para que o Incra as compre (KRÖGER, 2010). (KRÖGER e NYLYND, 2011, p. 78) (Tradução Nossa).

Diante dessas mobilizações, a Veracel propôs ao governo do estado da Bahia, ao Incra e aos movimentos dos sem-terras, um acordo prometendo doar terras a todas as famílias que participaram de ocupações até julho de 2011, assim como prestar assistência técnica aos assentamentos a serem estabelecidos na área. Pesquisadores da ESALQ/USP já haviam elaborado um projeto de assentamento. Um deles, Paulo Kageyama, especialista na preservação de ecossistemas tropicais e restauração de áreas degradadas, já tinha criado os “Assentamentos Sustentáveis” já implementadas em Prado, no extremo sul da Bahia, em associação com o governo do estado, o MST e a Fibria, parceira da Stora Enso na Veracel (IDEIA SUSTENTÁVEL, 2012; BAHIA-JÁ JUSBRASIL, 2012).

Melquiades Spinola de Oliveira, membro fundador do Cepedes, tinha “receio” do projeto de assentamentos de sem-terra da Veracel:

A busca dessas empresas é cada dia a mais ampliar seus negócios. E para ampliar eles precisam de certificação. E nessa certificação, eles vão buscar o social, no que a Veracel sempre foi péssima. Ela sempre usou o dinheiro da contrapartida para o trabalho socioambiental para maquiagem, para fazer marketing. Fico com receio que essas empresas usem os trabalhadores para melhorarem sua imagem para as certificadoras com o objetivo de conseguir o selo verde (entrevista realizada em Eunápolis, 28 de maio de 2012).

Em 30 de maio de 2012, o posto de gasolina “Pau Brasil”, na entrada de Itabela, uma pequena cidade do sul da Bahia, foi escolhido como local do encontro. De um lado, estava Jerônimo Christo, engenheiro florestal da Veracel, para quem aquele era “um dia histórico”; do outro, dois coordenadores do MST, Luciano Fernandes Pereira, 39 anos, e Joelma Ambrosini, 42. Com a ajuda de um mapa, Christo e Joelma saíram do posto de gasolina para verificar o perímetro e o tamanho em hectares de cinco dos oito acampamentos do MST que estão ocupando terras da Veracel. Um dia antes, funcionários da Veracel tinham feito o mesmo com

Edcarlos da Silva, 33, ou “Preto”, coordenador de três outros acampamentos do MST organizados no ano anterior.

Tabela 1 – Acampamentos do MST em terras reivindicadas pela Veracel

Nome ²⁶	Data de Criação	Número aproximado de famílias
Acampamento Gildasio Sales	4/12/2008	120
Acampamento 25 anos	28/02/2011	350
Acampamento Irmã Dorothy	28/02/2011	135
Acampamento Margarida Alves	03/04/2011	460
Acampamento Adão Preto	20/04/2011	80
Acampamento Nazareth	14/03/2011	120
Acampamento Estrela	06/08/2009	80
Acampamento Irmã Dulce	16/04/2011	100

Na visão do MST, o Incra não consegue comprar ou expropriar terras na região por causa dos preços mais elevados, em consequência da compra de terras já realizada pelos projetos florestais e de celulose. De acordo com “Preto”:

“Naturalmente as empresas têm que dar uma contrapartida para os municípios onde têm plantação de eucalipto. Aqui na região as empresas não fazem isso ou fazem muito pouco. Nós temos um debate com a empresa de que é preciso reorganizar essa expulsão do homem do campo que ela contribuiu, fazendo voltar o homem do campo” (entrevista realizada no “Acampamento 25 anos” em 29 de maio de 2012).

²⁶ Cada acampamento de sem-terra decide o nome que terá. Os ativistas e líderes do MST homenageiam alguém já falecido que teve importante papel na luta pela reforma agrária. Entre esses, estão o ativista local do MST, Gildasio Sales, um deputado federal muito próximo ao MST, Adão Preto, e duas mártires na luta pela terra, Irmã Dorothy e Margarida Alves. A Irmã Dulce, a mais popular de todas, conhecida como “o anjo bom da Bahia”, nasceu em Salvador, onde realizou muitos trabalhos com entidades beneficentes e trabalhos sociais, e até mesmo defendeu os direitos dos trabalhadores do ponto de vista católico. Foi beatificada pela Igreja Católica em 2011. O “Acampamento 25 anos” homenageia os 25 anos de organização do MST na Bahia.

Em todos os quatro acampamentos de famílias sem-terra visitados, foi possível ver plantações, principalmente de mandioca, mas também de milho. Os coordenadores do MST dizem que os trabalhadores sem-terra também plantam banana, maracujá, feijão, melancia, abóbora, quiabo, maxixe, couve, cebola e uma série de produtos de horticultura. Cada família tem direito a plantar uma pequena parte da área ocupada para a subsistência e para venda aos mercados locais. De acordo com as entrevistas realizadas, a maioria das famílias acampadas tinha se mudado para áreas urbanas há pouco tempo. Olinto José da Silva, membro do enorme acampamento Margarida Alves, foi o fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabela, em 1989. Filho de um pequeno agricultor que teve que vender sua terra, Silva trabalhou toda a vida para outros, mas ultimamente não conseguia encontrar qualquer emprego no campo. Pai de 18 filhos, era geralmente assalariado temporário, como provavelmente a maioria dos trabalhadores rurais da região. Mas a vida dele piorou ainda mais depois da chegada da Veracel, porque os donos de terras as venderam e as plantações da empresa não precisam de tantos trabalhadores. Antes de acampar, só conseguia trabalho na cidade, e como apontador de jogo do bicho.

Quando, no início dos anos 90, as empresas de celulose estavam recebendo incentivos financeiros para se estabelecer na região, o mamão era “o motor da economia local” e, sem qualquer ajuda financeira do Estado, era responsável por 1,5 postos de trabalho por hectare na região de Eunápolis. Nesta época, a Bahia Sul Celulose, então de propriedade dos Grupos Suzano e Votorantin, já tinha recebido R\$ 1,362 bilhão, controlava 127.000 hectares, onde era necessário apenas um trabalhador para cada 37 hectares.²⁷ Segundo um estudo recente realizado por ONGs, o número de empregos criados nas plantações de eucalipto ainda é o mesmo em 2012: a Veracel Celulose criou apenas um emprego direto para cada 37 hectares, mesmo incluindo o número de trabalhadores de sua fábrica. Hoje, o café é a outra cultura comercial na região e cria 1 emprego direto por hectare (WINFRIDUS, KRÖGER E GERBER, 2012).

Grande parte da modernização econômica na região foi resultado da construção da BR-101, no início na década de 70. Os primeiros a chegar, segundo Ivonete, coordenadora do Cepedes, foram os madeireiros “capixabas”, do vizinho estado do Espírito Santo, ao sul, que costumavam cortar apenas as árvores grandes, mais valiosas para a madeira. Depois

²⁷ “Mamão é mola mestra da economia local”. *Folha de Santa Cruz*, fevereiro de 1993, coluna de Euclides Sean, publicada no *Jornal do Sol*, n.º 21, 1 a 15/05/93, onde o jornalista informa sobre o Seminário: “Eucalipto/celulose: desenvolvimento para quem?”, organizado por 67 entidades dos sul da Bahia.

deles, vieram os criadores de gado, cortando indiscriminadamente a Mata Atlântica em suas áreas. Uma vez que não se tratava de produção intensiva, os agricultores deixavam parte da vegetação nativa, mas com a crise do cacau, produto tradicional na região, as áreas de gado e, conseqüentemente, a devastação da floresta se expandiram significativamente sem qualquer regulamentação por parte do Estado. Nos anos 90, ao mesmo tempo em que chegava o setor de celulose, um outro tipo de empreendimento, também ligado à BR-101, iniciou uma profunda transformação no sul da Bahia: a descoberta de Porto Seguro como destino turístico. O crescimento populacional se acelerou. De 1980 a 1996, a população do sul da Bahia aumentou de 456.463 para 602.903 habitantes, a maior parte disso quando a Veracel e outras empresas de celulose começaram a se estabelecer na região. Segundo Raykil (2005), o município de Eunápolis perdeu 7.000 famílias rurais entre 1996 e 2000. Em contraste, sua população urbana aumentou para 75.759 habitantes, com a área urbana concentrando 88,1% do município em 1996 e aumentando para 94,1% em 2004, com 91.085 habitantes (Cepedes, 1998).

O impacto de uma plantação para a produção de celulose leva algum tempo para se fazer sentir, mas fica bastante visível na paisagem e na diminuição da população nas áreas onde ela é implantada. De acordo com uma pesquisa realizada pela Veracel e divulgada pelo Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM), a maioria das 800 pessoas que viviam em uma propriedade da Veracel teve que ir embora de suas casas, também perdendo, portanto, seus meios de subsistência. Em Santa Cruz Cabrália, restam apenas 56 dos 193 trabalhadores e empregados em uma propriedade adquirida pela Veracel. Nesta área, havia 240 moradores, mas, em 2012, apenas 14 permaneciam por lá. Em Porto Seguro, o número de trabalhadores/empregados em terras da Veracel tinha diminuído de 88 para 2, e o número de moradores caiu de 138 para 9 (MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS, 2005).

Do ponto de vista do MST, o acordo com a Veracel não foi resultado de reconhecimento, por parte da empresa, de sua responsabilidade pelo êxodo rural que ocorreu durante o último período. “Não tenha dúvida de que nós só estamos conseguindo isso porque as famílias, o movimento, o MST, teve capacidade de organizar as famílias e enfrentar, como outros movimentos aqui da região de Eunápolis”. Para Pretto, este acordo se deve “à capacidade dos movimentos rurais de lutar pela terra daqui” (entrevista concedida no “Acampamento 25 anos”, Eunápolis, em 29 de maio de 2012). Ele acredita que a Veracel vai fazer um acordo com o Estado, de modo que as terras que entregar aos movimentos dos sem-

terra vão servir para quitar as multas e os crimes pelos quais a empresa nunca pagou à Justiça Federal e Estadual.

O coordenador do MLT, Juenildo Oliveira Farias, o “Zuza”, é bastante cético com relação à proposta da Veracel e sua oferta para apoiar os assentamentos dos sem-terra. “Eu penso que é mais uma “enrolation” do governo e da Veracel para tapear os movimentos sociais”. Farias explica que a Veracel tinha dito apenas que não iria entrar com uma ação para expulsar as famílias que ocupam terras desde junho de 2009. “Não é a mesma coisa de dizer que vai entregar a área”. E, no caso do seu acampamento, o “Baixa Verde”, o acordo não tem qualquer consequência, já que 1.333 dos 1.943 hectares da antiga “Fazenda São Caetano” são reconhecidos administrativamente como terras devolutas do estado da Bahia desde 2009. A empresa não pode expulsá-los porque o MLT também obteve a posse civil da terra em 2010 em uma decisão de segunda instância. “Com nós eles não tem como mexer. A gente tem manutenção da posse”, diz Zuza (entrevista concedida no Acampamento Baixa Verde, Eunápolis, em 30 de maio de 2012). No entanto, em vez de legalizar a situação do acampamento do MLT e iniciar o projeto de construção e apoio aos assentamentos, o governo da Bahia ainda não apresentou qualquer proposta concreta para este único acampamento sem-terra organizado em um pedaço de terra pública reconhecido e ainda ocupado pela Veracel. O MLT ainda está à espera da decisão final da justiça que irá permitir que a terra seja demarcada, e só então o Estado poderá repassar lotes de terra às famílias.

Ao invés de ver a luz no fim do túnel, as famílias de sem-terra do MLT começaram a enfrentar outro problema depois da vitória em segunda instância no Tribunal de Justiça, em Salvador. A Federação dos Trabalhadores Rurais (Fetag) trouxe famílias para ocupar a fazenda onde as do MLT já estavam instaladas, o que gerou graves conflitos envolvendo roubo de produção e ameaças de morte. Para garantir os direitos deles à terra, Zuza denunciou todo incidente ocorrido à polícia. Embora esta não tenha tomado medidas oficiais para investigar os conflitos, o acampamento do MLT tem o apoio da comunidade de Ponto Maneca, uma das últimas vilas rurais remanescentes de Eunápolis, que fica próxima à área ocupada pelos sem-terra. No dia da visita de campo, um grupo de sem-terras do MLT estava colhendo mandioca para entregar a uma farinheira da comunidade, que é propriedade de Maria D’Ajuda Jesus Santos e seu marido, Cielio Paiva. A agricultora confirma: “A Fetag veio aqui para bagunçar. As pessoas com bandeira da FETAG só destroem e arrancam eucalipto, mas não plantam. O eucalipto desapareceu de lá e ninguém sabe onde foi parar”.

As relações de Ponto Maneca com o acampamento do MLT são, de fato, profundas. Cerca de 85 famílias integrantes do acampamento são de Ponto Maneca. A vila foi formada em 1960, quando o governo do estado assentou 180 pequenos posseiros. “Havia um movimento aqui”, explica Adiel Angelo Pereira, 55 anos, um dos 11 filhos de Maneca, o posseiro que deu o nome à comunidade. Pereira criou seus três filhos na terra de seu pai, mas agora está tentando obter o seu próprio lote. Ele e outros dois irmãos são membros do acampamento Baixa Verde do MLT, localizado no topo de um morro cercado por plantações de eucalipto. Vivendo com Pereira está seu neto pequeno, a quarta geração dos “Manecas”, mais uma vez na luta pela “terra prometida” (entrevista realizada no Acampamento Baixa Verde, Eunápolis, em 30 de maio de 2012). Outro sem-terra membro desse acampamento, Ciro Souza da Silva, 42 anos, casado e pai de três filhos, nasceu na Fazenda São Caetano. Ele é o filho de um trabalhador rural que, por 44 anos, foi empregado de Aroldo Lima, o fazendeiro que vendeu a fazenda, parte pública, para a Veracel (entrevista realizada no Acampamento Baixa Verde, Eunápolis, em 30 de maio de 2012).

Atualmente, restam apenas 40 famílias da “colônia Ponto Maneca” original. As demais venderam suas terras. A comunidade, que tem 23 “farinheiras”, ou seja, moinhos de mandioca, incluindo um comunitário, foi seriamente afetada pela plantação de eucalipto. Alguns tiveram que se desfazer de suas terras, como A. V. S., que vendeu o terreno onde trabalhava com seus oito irmãos porque a pequena propriedade de 29 hectares foi cercada pelo plantio de eucalipto (SOUZA, OVERBEEK e WINFRIDUS, 2008).

Maria D’Ajuda Jesus Santos, cuja farinha produz 50 sacas por dia (de 50 kg cada), participou ativamente da resistência da comunidade ao aumento das plantações de eucalipto em Ponto Maneca. Em 2008, a mesma área onde ela e seu marido Cielio Paiva arrendavam cerca de 20 hectares para plantar mandioca foi vendida para a Veracel, levantando preocupações na comunidade com relação a seu futuro. A associação da comunidade rural foi em busca da ajuda do Cepedes, pedindo para ajudá-los a impedir mais plantações de eucalipto. Ivonete lhes respondeu: “Nós podemos ajudar vocês, mas só vocês têm poder para impedir” (entrevista concedida em Ponto Maneca, Eunápolis, no dia 31 de maio de 2012). Eles reuniram apoio da Câmara de Vereadores de Eunápolis, de outras associações e até mesmo do Banco do Brasil. Em uma reunião, lembra Ivonete, a mulher mais velha da comunidade, Dona Maria Senhora, advertiu os representantes da Veracel: “Se vocês plantarem eucalipto de dia, nós arrancaremos de noite; se vocês plantarem de noite, nós

arrancaremos de dia.”

Dona de uma propriedade rural e um moinho de mandioca que proporcionam trabalho a sete membros de sua família (ela, o marido, três de seus quatro filhos e dois genros) e mais dez trabalhadores fixos do moinho, além dos que têm trabalho sazonal nas plantações, Maria D’Ajuda responsabiliza as plantações da Veracel por todas as mudanças ruins em Ponto Maneca. Segundo ela, as plantações de eucalipto afetaram a produção de mandioca porque as terras diminuíram. “Antes tinha mais gente. Os pequenos saíram para a cidade. Vendeu as terras e nesse lugar não se planta mandioca mais, se planta eucalipto”.

Juntamente com a diminuição da população das comunidades rurais, surgiu um clima de violência. Antes, recorda D’Ajuda, eles podiam dormir com a porta da casa aberta. Agora, quase todos na comunidade de Ponto Maneca já foram roubados. A família de Maria D’Ajuda foi assaltada em sua própria casa em 2008. Os bandidos chegaram a roubar até um caminhão cheio de mandioca de um de seus vizinhos, cedo da manhã. Confrontada com estes efeitos negativos da presença da Veracel na região, a comunidade se uniu e não permitiu que a empresa plantasse mais eucaliptos, e até a obrigou a vender a terra.

“Em 2008, essa dita fazenda onde hoje a gente tem quase 2 alqueires plantado foi vendida para a Veracel para plantar eucalipto. Aí a comunidade ajuntou e não deixou. E dali para cá a gente foi saber que a gente tinha esse direito. Se a gente soubesse antes, eles não teriam plantado assim esse tanto aí.” (entrevista concedida em Porto Maneca, em 30 de maio de 2012).

O exemplo de Ponto Maneca tem inspirado outras comunidades a resistir, como a de Colônia, que veio a Ponto Maneca e ao Cepedes pedindo apoio. O Cepedes os ajudou a procurar apoio da Câmara de Vereadores de Eunápolis e do Ministério Público Estadual, e eles conseguiram deter o plantio de eucalipto na “Fazenda Japonesa”, uma área que já estava preparada para o plantio. Em União Baiana, distrito de Itagimirim, a Veracel foi recentemente obrigada a deixar alguma terra para uma plantação comunitária de mandioca e teve que ajudar o prefeito a construir uma farinheira. Maria D’Ajuda explica de onde vem a vontade de lutar contra mais plantações de eucalipto:

“Eu saí da cidade para criar meus filhos na roça. Criei, me dei bem, criei meus filhos, casei minhas filhas. Eles estudaram. Meu filho tem 20 anos. Graças a Deus nunca se envolveu com drogas. Casei minhas filhas com homens de bem, trabalhadores. Quero deixar um lugar bom para meus netos. Se a gente não

fizer esse tipo de movimento, eles não vão alcançar. Vão ter que ir para a cidade também, virar traficante, prostituta, essas coisas assim”.

A Veracel, com mediação do governo do Estado da Bahia, fechou acordo de destinar 16,5 mil hectares ao Incra para atender as demandas de seis movimentos sociais: MST, MLT, Fetag, Aprunve (Associação de Produtores Rurais Unidos Venceremos), FTL (Frente dos Trabalhadores Livres) e MRC (Movimento de Resistência Camponesa). No entanto, novos grupos de sem-terra começaram a surgir na região exigindo terras, como URC (União de Resistência Camponesa), Fetraf (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar), MTI (Movimento dos Trabalhadores Independentes), VST (Verde, Socialismo e Trabalho) colocando em cheque o acordo (O SOLLO, 2015).

Conclusão

Não há talvez melhor exemplo de agronegócio baseado na monocultura e plantações em larga escala do que as plantações de eucalipto e as empresas produtoras de celulose e papel. Grandes áreas de plantações contíguas com baixa demanda de mão de obra por hectare modificam dramaticamente a paisagem rural. Stora Enso é um exemplo particularmente agressivo de transnacional que, junto com as maiores empresas brasileiras, domina o setor. Ela mobiliza e pressiona todos os níveis de Governo – federal, estadual e municipal – e suborna e intimida comunidades locais e outros atores que estejam pelo seu caminho. Ela foi, inclusive, capaz de adquirir credenciais verdes junto ao Sistema Internacional de Certificação. Além de confrontar estas empresas, as mobilizações dos movimentos sociais e comunidades precisam enfrentar as “forças da ordem” que não hesitam em atacar mesmo mulheres e crianças. Apesar disso, nossa análise da resistência às estratégias de investimento, tanto nos estados do Rio Grande do Sul quanto da Bahia, identificou motivos para um otimismo cauteloso. As organizações da sociedade civil do Brasil têm agora uma longa história de ativismo agrário e ambiental e estabeleceram raízes nas comunidades locais. Movimentos sociais do campo também acumularam competência e experiência que os permitem desafiar as estratégias dessas empresas e seus aliados em diferentes níveis do governo e mesmo definir uma agenda pública de debate.

Mais importante, no entanto, é a conclusão que podemos tirar da narrativa acima – o Estado em sociedades democráticas não é um monolito. Diferentes segmentos do aparato estatal internalizam diferentes e opostos programas que emergem da sociedade civil, e,

consequentemente, movimentos sociais e associações de resistência local podem encontrar aliado dentro do Estado, mesmo quando, no caso de ambos os exemplos, o governador do Estado está totalmente identificado com os planos de investimento das empresas. No nível federal, as brechas também podem ser exploradas, já que medidas que envolvem razões estratégicas de interesse nacional podem não coincidir com interesses setoriais, não importa o quão poderosos eles possam ser. Apesar de ter colocado a expansão das florestas plantadas para indústrias de celulose e papel entre suas prioridades, a maior preocupação do governo federal com os investimentos estrangeiros em terra o levou a reduzir a escala dos mesmos a um nível em que ameaça as próprias estratégias de expansão do setor.

Apesar de seu poder inquestionável, transnacionais como a Stora Enso podem ainda ser objeto de uma resistência efetiva na extensão em que os movimentos e as organizações da sociedade civil foram acumulando experiência e se tornaram hábeis em identificar as fraturas e os diferentes interesses e objetivos que existem dentro do aparato estatal, mobilizando-os em favor das comunidades locais ameaçadas.

Referências bibliográficas

- AN INDEPENDENCE, 2008. "An independent observer of the Forest Stewardship Council". Disponível em: <http://www.fsc-watch.org/archives/2008/03/07/Military_Police_viol>. Acesso: 7 mar. de 2016.
- APEDEMA, 2015. Disponível em: <<http://apedemars.wordpress.com/about-2/>>. Acesso: 25 nov. de 2015.
- BAHIA-JÁ JUSBRASIL, 2012. Disponível em: <<http://bahia-ja.jusbrasil.com.br/politica/7138883/projeto-de-assentamentos-susten-taveis-ganha-vida-no-extremo-sul/relacionadas>>. Acesso: 12 jun. de 2012.
- BAHIA NEGÓCIOS, 2008. Disponível em: <<http://www.bahianegocios.com.br/sem-categoria/wagner-antecipa-viagem-para-a-suecia-principal-assunto-e-a-problematICA-do-meio-ambiente-na-bahia>>. Acesso: 15 nov. de 2008.
- BINKOWSKI, P. *Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na "Metade Sul" do Rio Grande do Sul*, 212 f. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2009
- CARTER, M. (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: NEAD/Editora Unesp, 2010.

- CASA DO MATO, 2012. Disponível em: <<http://mstrio.casadomato.org/mst-participa-de-seminario-na-suecia-e-vai-a-finlandia-denunciar-a-stora-enso>>. Acesso: 12 jun. de 2012.
- CEPEDES, 1998. Disponível em <<http://www.cepedes.org.br>> e Cf. SEP, 1998.
- CRITICAL VOICES, 2012. Disponível em <<http://www.hs.fi/english/article/Critical+voices+in+full+cry+against+CEO+Karvinen+at+Stora+Enso+shareholders+meeting/1329103905108>>. Acesso: 12 jun. de 2012.
- DELGADO, G. *A questão agrária e o agronegócio no Brasil*. In: Carter, M. (Org.), *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: NEAD/Editora Unesp, 2010.
- DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Seção 1, p. 8, n.º 146, segunda-feira, 3 de agosto de 2009.
- DIÁRIO OFICIAL DA BAHIA. Nº 20.775, quarta-feira, 8 de fevereiro de 2012, Ano XCVI.
- FAIRBAIN, M. 2015. Foreignization, Financialization and Land Grab Regulation. *Journal of Agrarian Change*, v. 15, n. 4, out. de 2015, p. 581-591.
- FOLHA DE SANTA CRUZ (coluna de Euclides Sean). “Mamão é mola mestra da economia local”, fevereiro de 1993, publicada no *Jornal do Sol*, n.º 21, 1 a 15/5/93.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u378648.shtml>> e <http://www.fsc-watch.org/archives/2008/03/07/Military_Police_viol>. Acesso: 25 nov. de 2015.
- GASPAR, M. A., OLIVA, F. L. e ZEBINDEN, W. S. “A Internacionalização da Construtora Norberto Odebrecht”. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/eadonline/grupodepesquisa/publica/C3%A7C3%B5es/F%C3%A1bio/41.pdf>>.
- HEREDIA et alii, 2002.
- HELSINGIN SANOMAT (Matéria de LYYTINEN,J.; T.NIEMINEN). ‘Stora Enso’sjackpot’, 30 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://www.hs.fi/english/article/Stora+Enso%E2%80%99s+jackpot/1135248979552>>.
- IDEIASUSTENTÁVEL, 2012. Disponível em: <<http://www.ideiasustentavel.com.br/2012/05/lancamento>>.
- JORNAL DO COMÉRCIO (matéria de Adriana Lampert). “Estado busca destravar projetos”, 14 de fevereiro de 2012. Acesso: 25 nov. de 2015.
- JORNAL VALOR (Reportagem de Stella fontes), 8 de fevereiro de 2012.

- KRÖGER, M. The politics of pulp investment and the Brazilian Landless Movement (MST). Doctoral dissertation. *Acta Politica* 39, Department of Political and Economic Studies, University of Helsinki.
- _____. Promotion of contentious agency as a rewarding movement strategy: evidence from the MST-paper industry conflicts in Brazil. *Journal of Peasant Studies* 38, p.435-458, 2011
- KRÖGER, M. e Nylund J-P. The conflict over Veracel pulpwood plantations in Brazil - Application of Ethical Analysis. *Forest Policy and Economics*, v. 14, issue 1, p. 74-82, 2012.
- MALINA, Lea L. *A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia*. 358 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2013.
- MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS. "Promessas de emprego e destruição do trabalho: o caso Aracruz Celulose no Brasil". Uruguai, 2005. Disponível em: <<http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/fase.pdf>>.
- O SOLLO, 2015. Disponível em: <<http://www.osollo.com.br/online/cidadania/23428-extremo-sul-surgimento-de-novos-movimentos-sociais-ameaca-veracel.html>>. Acesso: 14 nov. de 2015.
- PAINEL FLORESTAL. Rio Grande do Sul: pólo papeleiro ainda está longe de ser uma realidade, 21/5/2012. Disponível em: <<http://painelflorestal.com.br/noticias/celulose/15061/rs-polo-papeleiro-ainda-esta-longo-de-se-tornar-realidadelidade>>. Acesso: 21 mai. de 2012.
- PENTEADO, Gilmar. "Via Campesina invade área de multinacional no Sul.", Agência Folha, 4 mar. de 2008.
- RAYKIL, C. *Relatório de pesquisa diagnóstica da situação socioeconômica do entorno da fábrica de celulose na microrregião de Eunápolis*. CEPEDES, Eunápolis, 2005.
- SOUZA, I. G. e OVERBEEK, W.. *Violações socioambientais promovidas pela Veracel Celulose, propriedade da Stora Enso e Aracruz Celulose: uma história de ilegalidade, descaso e ganância*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- WINFRIDUS, KRÖGER, Markus e GERBER, Julien-François. An overview of industrial tree plantations in the global South. Conflicts, trends and resistance struggles.. Ejolt - Environmental Justice Organization Liabilities and Trade. Mapping Environmental Justice, July, 11th 2012. Disponível em: <<http://www.ejolt.org/2012/06/an-overview-of-industrial-tree-plantations-in-the-global-south-conflicts-trends-and-resistance-struggles/>>.

UNISINOS, 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/506337-storaenso-poesedeglobal-nobrasil>>. Acesso: 25 nov. de 2015.

UNISINOS, 2015. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/525199-stora-enso-poderia-deixar-o-estado>>. Acesso: 25 nov. de 2015.

VIA CAMPESINA, 2008. Disponível em: <http://www.fsc-watch.org/archives/2008/03/07/Military_Police_viol>. Acesso: 7 mar. de 2016.

VERACEL, 2012. Veracel possui maiores extensões de terra na Bahia: a concentração de terras em alguns municípios. Disponível em: Disponível em: <<http://www.celuloseonline.com.br/noticias/Veracel+possui+maiores+extenses+de+terra+na+BA>>. Acesso: 20 jun. de 2012.

WORDPRESS, 2011. Disponível em: <<http://maattomienliike.files.wordpress.com/2011/04/lawsuitsveracel2011.pdf>>.

LERRER, Débora e John Wilkinson. Stora Enso e movimentos sociais: luta no campo e nas instituições. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2016, vol. 24, n. 1, p. 311-344, ISSN 1413-0580.

Resumo: (*Stora Enso e movimentos sociais: luta no campo e nas instituições*). Esta análise se concentra na principal empresa estrangeira de papel e celulose que atua no Brasil, a Stora Enso, em um contexto em que os países do Cone Sul passaram a ter um novo papel no mercado global deste setor. A empresa sueco-finlandesa atua nas duas principais regiões de investimento deste segmento no país – os estados da Bahia e do Rio Grande do Sul – e é um caso ideal para o estudo dos movimentos de oposição provocados por esse tipo de investimento em terras. Eles compõem um amplo leque que vai desde movimentos sociais, ONGs e a população local até diferentes atores do setor público, e têm sido um fator decisivo na frustração de planos de investimento do setor. Analisamos, igualmente, como o investimento em celulose e papel tem sido afetado e está respondendo à legislação restritiva do Brasil sobre investimentos estrangeiros em terra. Neste aspecto, também, a Stora Enso assume importância central. Inicialmente uma parceira privilegiada das empresas brasileiras e favorecida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES), agora a empresa precisa repensar seu programa de investimentos.

Palavras-chave: movimentos sociais, luta pela terra, empresa de celulose.

Abstract: (*Stora Enso and social movements: struggles in the rural and institutional contexts*). This article focuses on Stora Enso, the leading foreign paper and pulp firm operating in Brazil, at a moment when the Southern Cone has taken on a new role in this sector in the global market. This Swedish-Finnish firm is active in the two principal regions for investment in cellulose plants and forest plantations – the States of Bahia and Rio Grande do Sul – and constitutes an ideal case for analyzing the opposition movements which have been provoked by this type of investment in land. These comprise a wide range of actors, from social movements, NGOs and local populations, to a variety of actors in the public sector, and they have been decisive in frustrating investment plans in the sector. We also analyze the ways in which investments in paper and pulp are being affected by and are responding to the restrictive legislation reintroduced to control large-scale foreign land investments. Here again Stora Enso plays a central role. Initially the privileged partner of Brazilian firms and favored by the National Bank for Economic and Social Development, (BNDES), it has now been forced to rethink its investment strategies.

Keywords: social movements, struggle for land, paper and pulp firm.

Recebido em abril de 2016.

Aceito em abril de 2016.